

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIEGO DA SILVA LUNA

**IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM EMPRESAS NO
MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

**Cacoal – RO
2018**

DIEGO DA SILVA LUNA

**IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM EMPRESAS NO
MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR –
Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles como
requisito para obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.

**Cacoal – RO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo (a) autor (a)

L961i Luna, Diego da Silva.

Importância da demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de gestão financeira: estudo em empresas no município de Cacoal / Diego da Silva Luna. -- Cacoal, RO, 2018.

30 f. : il.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2.Gestão financeira. 3.Tomada de decisão. 4. Informação. I. Oliveira, Nilza Duarte Aleixo de. II. Título.

CDU 657

Bibliotecário (a) Naiara Raíssa da S. Passos

CRB 11/Nº 891

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo científico intitulado “Importância da demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de gestão financeira: estudo em empresas no município de Cacoal/RO”, foi avaliado pela banca examinadora em 19 de junho de 2018, tendo sido

Professora Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Presidente

Professor Me. Valdinei Leones de Souza
Membro

Professora Ma. Ellen Cristina de Matos
Membro

Cacoal – RO
2018

IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO

Diego da Silva Luna¹

RESUMO: A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) enquanto instrumento de gestão financeira assume papel fundamental por demonstrar as transações que alteraram o caixa da empresa em determinado período. Desse modo, esse demonstrativo contábil fornece informações imprescindíveis para o gestor na tomada de decisão frente a acirrada competitividade empresarial que se tornou mais intensificada com a globalização. Diante disso, este trabalho teve como objetivo evidenciar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como instrumento de gestão financeira na tomada de decisão no tocante as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e um estudo de campo, utilizando-se da coleta de dados por meio de entrevista com gestores de empresas dos ramos de concessionárias, lojas de vestuário e supermercados do município de Cacoal/RO, no período de junho de 2018. Os resultados obtidos apontam que os gestores entrevistados em sua maioria possuem formação acadêmica, inclusive em áreas relevantes para gestão financeira. Além disso, as empresas possuem controles financeiros e utilizam relatórios para a tomada de decisão como, por exemplo, relatório diário dos fluxos de caixa (entradas e saídas); relatório de controle de contas a pagar e receber; balanço patrimonial e demonstração dos resultados do exercício; entre outros. Porém verificou-se que existe a necessidade de maior conhecimento por parte dos gestores sobre a importância da DFC enquanto instrumento de gestão financeira para auxiliá-los na tomada de decisão, visto que nenhum gestor relatou utilizá-la no processo decisório.

Palavras-Chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Gestão financeira. Tomada de decisão. Informação.

1 INTRODUÇÃO

As empresas para serem bem-sucedidas no mercado precisam, além de oferecer produtos e serviços de qualidade a seus clientes, de uma gestão financeira que forneça informações que possibilite ao gestor tomar decisões acertadas em tempo hábil para se sobressair a competitividade empresarial e as recorrentes modificações no cenário econômico.

Por isso, os gestores necessitam de instrumentos financeiros que possam fornecer informações rápidas, práticas e que sirvam para auxiliá-los no processo de tomada de decisão. Com esses instrumentos os gestores podem proporcionar a empresa um aumento na sua capacidade de gerar caixa e seus equivalentes, possibilitando alcançar melhores resultados e

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia - Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da professora Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

menor dependência de fontes externas na captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e seus investimentos.

Essa necessidade teve aumento significativo com o processo de globalização que tem contribuído com a ampliação da concorrência entre as empresas. Logo, isso tem exigido mais conhecimento e especialização dos gestores no uso dos instrumentos de auxílio no processo de tomada decisão para que assim seja possível abastecer a empresa com recursos financeiros suficientes para manter suas operações (ASSAF NETO; LIMA, 2014).

Desse modo, por meio da contabilidade os dados são coletados e apresentados de maneira resumida e ordenada, formando as demonstrações contábeis com a finalidade de fornecer informações para atender a necessidade de seus usuários (MARION, 2009).

Dentre essas demonstrações, destaca-se o uso da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como instrumento essencial para realizar a análise financeira e apoiar o processo de tomada de decisão. Sendo ainda que a DFC, além de permitir ao gestor visualizar os fluxos de caixa ocorridos no período segregados por atividades, pode também proporcionar a oportunidade de previsão dos futuros fluxos de caixa (BORGES; NUNES; ALVES, 2012).

Assaf Neto e Silva (2012) reforçam essa importância dada a DFC ao afirmarem que é imprescindível a sua utilização em qualquer processo que envolva decisões financeiras.

Considerando a necessidade de melhor entendimento sobre o uso da DFC, este estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: como a DFC pode auxiliar o gestor na tomada de decisões financeiras no tocante às atividades operacionais, de investimento e de financiamento?

Seguindo o problema de pesquisa, o objetivo geral deste estudo teve como propósito evidenciar a importância da DFC como instrumento de gestão financeira no tocante às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O estudo se justifica pela relevância do tema, o qual contribui com trabalhos já existentes e para o direcionamento de futuras pesquisas neste vasto assunto que a contabilidade gerencial, em especial os assuntos relacionados ao fluxo de caixa.

Quanto à metodologia adotada, classifica-se como pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, método dedutivo, natureza aplicada, e procedimentos de pesquisa bibliográfica e de estudo de campo.

Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista, com roteiro semiestruturado aplicado aos gestores de empresas dos ramos de autopeças, concessionárias, lojas de vestuário, e supermercados, do município de Cacoal/RO, no período de junho de 2018. A escolha desses ramos de atividade foi por esses estarem entre os de maior representatividade comercial no município segundo dados da Prefeitura Municipal de Cacoal/RO.

Por fim, o tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo com a utilização de ferramentas eletrônicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresenta-se a fundamentação teórica que está dividida em subseções com o objetivo de esclarecer os principais pontos relevantes ao tema proposto. Para isso, essas subseções estão divididas em: (i) gestão financeira; (ii) demonstração dos fluxos de caixa; (iii) gestão financeira e demonstração dos fluxos de caixa.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira é uma área de especialização da administração e definida como um conjunto de métodos, técnicas ou ainda uma arte utilizada para gerenciar os recursos financeiros da empresa. Desse modo, ela é responsável por um dos recursos mais importantes de qualquer empreendimento, já que é por meio desses que a empresa adquire os demais para iniciar e manter suas atividades (CHIAVENATO, 2014).

Salienta-se que recursos financeiros correspondem a uma das espécies do gênero recursos empresariais, sendo estes a maneira da qual a empresa utiliza para gerar e manter suas atividades em adequado funcionamento. Assim, estão relacionados ao fator de produção capital e compreendem as receitas, os créditos a receber, o dinheiro disponível no caixa e em contas bancárias pertencentes à empresa, os investimentos, isto é, toda espécie de dinheiro ou crédito de direito da empresa (CHIAVENATO, 2014).

A administração financeira até alcançar a importância e o modo como passou a ser conhecida no final da década de 90, do século XIX, percorreu vários caminhos. Primeiro, iniciou-se como uma área específica de estudos no começo dos anos 1900, tendo como foco assuntos relacionados com questões legais sobre fusões, constituição de novas empresas e diversos títulos emitidos para captar recursos financeiros (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Logo, em seguida, na década de 30, o foco mudou para falências, concordatas, liquidez e regulamentação do mercado de títulos. Mais adiante, no final da década de 50 deu-se início ao processo de ampliação do foco de estudo da administração financeira, sendo que esse passou a lidar com as decisões referentes à avaliação e escolha de ativos e passivos, com o propósito de maximizar o valor da empresa (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Posteriormente, na década de 90 houve a continuação desse processo de ampliação acrescentando assuntos relacionados com a inflação, a desregulamentação das instituições financeiras, o aumento da tecnologia computacional na área financeira, e a importância da globalização (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Por causa de um mercado financeiro cada vez mais incompreensível e disputado devido, principalmente, a globalização das finanças a qual as empresas brasileiras passaram a conviver com a abertura do mercado interno ao externo a partir da década de 90 do século XIX, as empresas brasileiras tiveram que reconsiderar seu modo de planejar e gerir seus processos de gestão financeira (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Por isso, Assaf Neto e Lima (2014) afirmam que o gestor financeiro moderno precisa ter uma visão mais ampla possível do ambiente empresarial para captar as oportunidades não somente do ambiente interno, mas também do externo o qual a empresa estiver inserida para auxiliá-lo no processo de tomada de decisão. Destaca ainda que esse processo de tomada de decisões financeiras tem se tornado cada vez mais complexo na economia brasileira, devido à globalização que tem provocado o acirramento da competitividade empresarial, exigindo que o gestor financeiro moderno desenvolva uma maior capacidade de questionar e analisar as situações a qual estiver exposto.

Assim, a gestão financeira destaca-se como uma das mais importantes atividades dentro da empresa. Por isso, é indispensável que haja um permanente planejamento dos recursos financeiros a serem arrecadados e um constante acompanhamento dos resultados alcançados com a intenção precípua de administrar bem esses valores (GAZZONI, 2003).

Portanto, cabe destacar que de acordo com Marion (2009) um dentre os três principais motivos de falência ou fracasso de atividades empresariais está relacionado à ausência de planejamento financeiro ou fluxo de caixa, isto é, a falha na projeção das receitas e das despesas.

Para exemplificar destaca-se a pesquisa realizada por Santos, Ferreira e Faria (2009) os quais com o objetivo de investigar os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas Micro e Pequenas Empresas (MPes) no Município de Viscosa/MG, entrevistaram 172 proprietários de MPes nesse município mineiro. Com um dos principais resultados obtidos, observou-se que 81% de todas as dívidas destas empresas são de curto prazo, o que prejudica sua liquidez ao se comprometer seu capital de giro, isto é, recursos de curto prazo, para financiar suas necessidades, entre elas sua estrutura permanente.

Além disso, o caixa delas fica imobilizado 56% do tempo do ciclo operacional, o que reforça o risco de liquidez. Assim concluíram que uma grande quantidade dessas empresas não utiliza boas práticas de gestão financeira, contribuindo para os insucessos empresariais, já que

um dos principais motivos desses nas MPEs é ocasionado por problemas de liquidez (SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009).

Portanto, é importante a utilização de uma gestão financeira eficiente para os negócios de curto prazo, pois essa além de proporcionar bom resultado nesses casos, irá também refletir no desempenho de longo prazo (MOTA, 2013).

Com isso, observa-se que há uma importante relação existente entre dinheiro, tempo, risco e retorno, pois as difíceis decisões ligadas à gestão financeira dizem respeito ao dispêndio de recursos de imediato para obtenção de possíveis ganhos de valor incerto no médio ou longo prazo, vindo, portanto, reforçar a atenção que deve ser dada a decisões que envolvam o valor do dinheiro no tempo (PACHECO, 2007).

Ademais, Pacheco (2007) destaca que a gestão financeira trabalha com decisões que visam resolver problemas de gestão do caixa, isto é, que dizem respeito ao controle do nível de saldo em caixa; e de gerenciamento do fluxo de caixa, ou seja, que estão relacionados com a administração dos investimentos e financiamentos de curto prazo, e das entradas e saídas de dinheiro, com o objetivo de maximizar o resultado financeiro para o período planejado.

O principal objetivo da gestão financeira é a maximização do valor de mercado da empresa. Para isso, é fundamental que o gestor financeiro tenha conhecimento e compreensão do efeito provocado pelo tempo sobre o valor do dinheiro de modo que esteja atento ao que esta relação (tempo/dinheiro) pode causar sobre o valor de mercado da empresa (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Para Hoji (2006) a administração financeira ao perseguir seu principal objetivo, estará contribuindo para o aumento da riqueza dos empresários. Assim como a constante ocorrência de lucro e caixa contribuem para que a empresa realize sua missão social com a geração e recolhimento de tributos, capacitação e remuneração apropriada a seus colaboradores, investimentos em projetos ambientais e sociais.

Desse modo, o administrador financeiro destaca-se pela sua relevância nas organizações independentemente de serem com ou sem fins lucrativo, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, e por isso deve sempre atuar ativamente nos mais diversos e complexos assuntos que envolvem as atividades financeiras dentro da empresa, tais como as de planejamento, liberação de crédito a clientes, análise sobre decisões de investimentos e financiamentos (GITMAN, 2004).

Wernke (2008) considera que o administrador financeiro possui um amplo campo de atuação, pois independente do setor ou porte da empresa, sempre haverá um permanente fluxo de recursos financeiros que necessitam de acompanhamento por um profissional especializado.

E como principais funções desse profissional de finanças destaca-se a gestão do caixa; a concessão de crédito; a administração da cobrança; a captação de recursos; a decisão de investimentos; o planejamento e controle financeiro; a gestão de custos e preços; e a mensuração do desempenho econômico-financeiro (WERNKE, 2008).

Hoji (2006) destaca as funções do administrador financeiro em três categorias, conforme figura 1:

Funções típicas do administrador financeiro	Descrição
Análise, planejamento e controle financeiro	Acompanhamento e avaliação de todas as atividades da empresa, mediante a utilização de relatórios financeiros, assim como participar diretamente das decisões estratégicas para assegurar que os recursos serão alocados adequadamente para atingir melhores resultados.
Decisões de investimentos	Aplicação dos recursos em ativos correntes como caixa, aplicações financeiras, estoques; e ativos não correntes como aqueles mantidos a longo prazo ou sem intenção de venda, considerando-se a relação adequada de risco e de retorno dos capitais investidos.
Decisões de financiamentos	Consiste na captação de recursos financeiros para a aquisição e manutenção dos ativos correntes e não correntes, considerando-se a combinação adequada dos financiamentos de curto e de longo prazo e a estrutura de capital.

Figura 1 – Funções do administrador financeiro.

Fonte: Hoji (2006).

Uma importante diferença a ser observada é quanto ao regime de competência e ao regime de caixa, pois este é adotado pela administração financeira para realização do planejamento e controle dos fluxos de caixa, e verificação do resultado financeiro. Por sua vez, a contabilidade adota na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) o regime de competência para verificação do resultado econômico (HOJI, 2006).

Entretanto, esses dois regimes trabalham com os mesmos valores, distinguindo-os apenas no aspecto temporal, pois o regime de competência, por exemplo, apresenta antecipadamente por meio da DRE os valores das vendas que possivelmente entraram no caixa da empresa com o seu recebimento ao final do ciclo financeiro, e o por meio do regime de caixa registra-se essa entrada (HOJI, 2006).

Para realizar o planejamento e o controle das finanças de um empreendimento empresarial, bem como demonstrar seus resultados aos interessados, o administrador financeiro tem a sua disposição as demonstrações financeiras, sendo que estas precisam ser elaboradas de modo que permitam tanto a análise interna para uso da própria empresa no processo de tomada

de decisão, quanto a análise externa para uso de terceiros que tenham interesse em manter transações financeiras com a empresa (CHIAVENATO, 2014).

Assaf Neto e Lima (2014) definem as demonstrações contábeis, também denominadas de demonstrações financeiras, como um conjunto de informações estruturadas para representar e divulgar os resultados do desempenho financeiro da empresa em um determinado período, o que possibilita extrair informações sobre a situação da empresa.

Entre as demonstrações financeiras destacam-se as de elaboração obrigatória ao final de cada exercício social, conforme estabelecido pela Lei n. 6.404/1976, art. 176: o balanço patrimonial; a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; a demonstração do resultado do exercício; a demonstração dos fluxos de caixa, se companhia de capital aberto ou fechado com patrimônio líquido, na data do balanço, superior a R\$ 2.000.000,00; e a demonstração do valor adicionado, se companhia de capital aberto (BRASIL, 1976).

Além das demonstrações financeiras o gestor pode utilizar de outros relatórios para gerenciar as finanças da empresa e auxiliá-lo no processo de tomada de decisão.

Desse modo, consoante o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), têm-se, por exemplo, os relatórios de controle de caixa; controle de contas a pagar e receber; controle de despesas; controle de estoques; e controle de vendas (SEBRAE, 2013).

O SEBRAE ainda afirma que para as empresas de pequeno porte o uso desses relatórios é de suma importância para que os gestores possam administrar adequadamente as finanças da empresa, pois sem esses instrumentos terão dificuldades para realizar uma boa gestão financeira (SEBRAE, 2013).

No entanto, dentre esses instrumentos de gestão financeira, a DFC destaca-se por apresentar na sua estrutura os fluxos de caixa segregados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento que são fundamentais para o processo de tomada de decisão.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como finalidade apresentar as movimentações de um determinado período que alteram o saldo da conta caixa e banco conta movimento, que juntas essas representam o numerário em espécie em poder da empresa e o depositado em estabelecimento bancário, respectivamente, bem como o movimento dos equivalentes de caixa. Sendo estes últimos representados pelas aplicações financeiras de alta liquidez, conversíveis em numerário em espécie no prazo de até 90 dias (RIBEIRO, 2013).

De modo semelhante é a definição de DFC apresentada por Santos (2009), como sendo um demonstrativo financeiro responsável por apresentar o saldo contábil da conta caixa e das equivalentes de caixa em um determinado período, de modo que sejam detalhados os recebimentos e pagamentos que provocaram variação no saldo dessas contas.

Martins *et al.* (2013) afirmam que a DFC tem como objetivo primário fornecer informações a respeito da circulação do dinheiro que passa pelo caixa da empresa por meio dos pagamentos e recebimentos em um período analisado. Dessa forma, seu uso auxilia os usuários das informações contábeis a verificar a capacidade da empresa de produzir caixa e seus equivalentes, cumprir seus compromissos e distribuir dividendos entre outros aspectos.

Destarte, a DFC auxilia o gestor financeiro nas suas decisões concernente às atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo cada uma dessas atividades descritas na figura 2:

Atividades	Descrição
Operacional	São as principais atividades geradoras de receita da entidade bem como outras atividades não enquadradas em financiamento ou investimento. Exemplos: pagamento a fornecedor, recebimento de clientes, pagamento de salários etc.
Investimento	São aquelas referentes à aquisição e venda de ativos (a maioria de longo prazo) e, também, os investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Exemplos: compra e venda de imobilizados; aplicações financeiras de longo prazo; compra e venda de investimento em coligadas etc.
Financiamento	São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade. Exemplos: empréstimos e financiamentos de longo prazo obtidos; emissão de debêntures; aumento de capital em dinheiro; distribuição de lucros etc.

Figura 2 – Descrição das atividades apresentadas na DFC.

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2018).

Analisar essas atividades apresentadas na DFC possibilita ao gestor verificar a saúde financeira da empresa e identificar a melhor maneira de potencialização dos resultados, isto é, avaliar o desempenho e as necessidades de fluxos de caixa da empresa (GAZZONI, 2003).

Ressalta-se também a importância dada ao uso da DFC pelos administradores mais hábeis e mais bem-sucedidos, pois esses gestores normalmente gerenciam e avaliam atenciosamente tanto o lucro (resultado econômico) quanto o fluxo de caixa (resultado financeiro) (TRACY, 1999, *apud* MARION 2009)².

² TRACY, John A. *Accounting for dummies*. Foster City, Ca: Book Wordwide, 1999, Cap. 1.

De acordo com Fonseca (2014), desde os anos 1950 há estudos e trabalhos acadêmicos com assuntos relacionados à DFC, sendo que esses surgiram devido à necessidade de informações sobre as movimentações financeiras das empresas que fossem além das fornecidas pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e pelo Balanço Patrimonial.

Um estudo de grande relevância divulgado em 1961 pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) serviu para publicação de uma demonstração denominada de Mapa de Origens e Aplicação de Fundos (MOAF), que tinha como objetivo apresentar informações que não podiam ser facilmente coletadas com as outras demonstrações, e assim auxiliar na análise dos resultados financeiros das empresas (FONSECA, 2014).

Esse estudo e consequentemente a publicação da MOAF ambos realizados por uma instituição americana, corroboram a importância dos Estados Unidos da América nas pesquisas que anos depois deram origem à DFC. Dessa maneira, Braga e Marques (2001) destacam que em novembro de 1987, o *Financial Accounting Standard Board* (FASB), entidade responsável por estabelecer normas e procedimentos de contabilidade naquele país, emitiu a Norma n. 95 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – que passou a exigir das empresas americanas a elaboração e divulgação da DFC.

Mais adiante o *International Accounting Standard Committee* (IASC), entidade responsável por editar normas e procedimentos para uniformizar os padrões internacionais de contabilidade, estabeleceu por meio do *International Accounting Standard* n. 7 (IAS 7) o modelo padrão de DFC a ser seguido pelos países que elaboram e publicam suas demonstrações contábeis de acordo com essa organização internacional (SANTOS, 2009).

No Brasil, a DFC passou a ser exigida como demonstração financeira obrigatória para as sociedades por ações, em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), com a publicação da Lei n. 11.638/2007, que alterou o art. 176 da Lei 6.404/1976, sendo esta última conhecida como Lei das S.A. (BRASIL, 1976; 2007).

Além disso, por força da Lei n. 11.638/2007, art. 3º, as sociedades de grande porte, mesmo que não sejam organizadas sob a forma de sociedades por ações, deverão atender as disposições da Lei das S.A. para fins de escrituração e elaboração das demonstrações financeiras, sendo que dentre elas está a DFC (BRASIL, 2007).

O parágrafo único do art. 3º, da Lei 11.638/2007, conceitua como de grande porte “a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)” (BRASIL, 2007).

Com isso, embora não haja previsão em lei sobre a obrigatoriedade da elaboração e publicação da DFC para as demais empresas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC T 19.41 aprovada em 10 de dezembro de 2010, posteriormente tendo sido revisada e passando a ser denominada de NBC TG 1000 (R1), publicada no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2016, com efeitos desde 1º de janeiro de 2017, inclui a DFC no conjunto das demonstrações contábeis para as pequenas e médias empresas (CFC, 2016).

Além disso, o CFC por meio da ITG 1000 com efeitos desde 1º de janeiro de 2012, recomenda para as microempresas e empresas de pequeno porte a elaboração do conjunto completo das demonstrações contábeis, sendo que entre elas está a DFC, apesar de não ser obrigatória para essas entidades (CFC, 2012).

Todavia, mesmo antes da publicação da Lei n. 11.638/2007, em alguns casos específicos, a DFC era obrigatória para algumas empresas como, por exemplo, as do setor de energia elétrica por exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e por exigência da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para as participantes do Novo Mercado, que é um segmento de listagem de empresas que, voluntariamente, comprometem-se a adotar um padrão de governança corporativa com práticas adicionais ao exigido pela legislação (MARTINS *et al.*, 2013).

Ademais, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), pela NPC 20, de abril de 1999, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também já aconselhavam que as empresas elaborassem e divulgassem voluntariamente a DFC (MARTINS *et al.*, 2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), entidade que tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos que visam à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e juntamente com a Lei das S.A. estabelecem que as entidades devem apresentar seus fluxos de caixa na DFC classificados em grupos de atividades operacionais, de investimento e de financiamento (BRASIL, 1976; CPC, 2010).

Essa classificação das atividades dos fluxos de caixa é elaborada conforme o tipo de operação que a originou, como, por exemplo, numa empresa industrial a venda de produtos é uma atividade operacional; a compra de um novo equipamento para o setor de produção é uma atividade de investimento; e a amortização de empréstimo é uma atividade de financiamento (MARTINS *et al.*, 2013).

Portanto, a DFC destaca-se como de suma importância para a gestão financeira por proporcionar informações que possibilitam avaliar as transações ocorridas nos ativos líquidos,

a liquidez (capacidade de honrar seus compromissos), bem como a comparabilidade do desempenho operacional entre diferentes empresas, já que diminui os efeitos concernentes ao uso de diversos critérios contábeis (CPC, 2010).

De acordo com o CPC 03, as empresas podem elaborar a DFC tanto pelo método direto quanto pelo método indireto, diferenciando entre eles apenas a maneira de apresentar os fluxos das atividades operacionais, isto é, os demais fluxos (investimentos e financiamentos) permanecem inalterado independente do método escolhido (CPC, 2010).

No método direto, os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelas movimentações diretas de entrada e saída de dinheiro no caixa da empresa como, por exemplo, o recebimento das vendas e os pagamentos das despesas. E no método indireto iniciasse pelo resultado do exercício, seja ele lucro ou prejuízo, e a partir dele são feitos ajustes para retirar desse resultado valores que não provocaram movimentações de dinheiro no caixa como, por exemplo, despesa com depreciação (MARTINS *et al.*, 2013).

Observam-se como modelo de DFC elaborada pelo método direto e indireto os apresentados, respectivamente, na figura 3 e na figura 4:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	30.150
Pagamentos a fornecedores e empregados	(27.600)
Caixa gerado pelas operações	2.550
Juros pagos	(270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	\$ 1.380
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição	(550)
Compra de ativo imobilizado	(350)
Recebimento pela venda de equipamento	20
Juros recebidos	200
Dividendos recebidos	200
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	\$ (480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimento pela emissão de ações	250
Recebimento por empréstimo a longo prazo	250
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)
Dividendos pagos ³	(1.200)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	\$ (790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	\$ 110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	\$ 120
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	\$ 230

Figura 03 – DFC pelo método direto.

Fonte: CPC 3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

³ Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Segundo Costa (2011) dentre os métodos de elaboração da DFC o preferido pelas empresas para o processo de tomada de decisão é o método direto por ser mais fácil sua interpretação já que apresenta diretamente as modificações ocorridas nas contas contábeis que influenciaram o caixa da empresa no período observado, devido aos recebimentos e pagamentos. Por outro lado, o método indireto é o mais divulgado pelas empresas por considerar mais simples a sua elaboração.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do IR e CSLL	3.350
Ajustes por:	
Depreciação	450
Perda cambial	40
Resultado de equivalência patrimonial	(500)
Despesas de juros	400
Subtotal	3.740
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(500)
Diminuição nos estoques	1.050
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	(1.740)
Caixa gerado pelas operações	2.550
Juros pagos	(270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	\$ 1.380
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição	(550)
Compra de ativo imobilizado	(350)
Recebimento pela venda de equipamento	20
Juros recebidos	200
Dividendos recebidos	200
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	\$ (480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimento pela emissão de ações	250
Recebimento por empréstimos a longo prazo	250
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)
Dividendos pagos ⁴	(1.200)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	\$ (790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	\$ 110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	\$ 120
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	\$ 230

Figura 4 – DFC pelo método indireto.

Fonte: CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Conforme figura 3 e figura 4, observam-se nos dois métodos de elaboração da DFC que embora os fluxos de caixa das atividades operacionais iniciem por contas e valores diferentes, ambos apresentam ao final desse grupo o mesmo montante de caixa líquido gerado.

⁴ Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Já os outros dois fluxos de caixa, ou seja, de atividades de investimento e de financiamento, não há nenhuma diferença entre eles nos dois métodos.

2.3 GESTÃO FINANCEIRA E DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Toda empresa, independente do seu tamanho, necessita de dinheiro em espécie para realizar suas atividades. Sendo assim, por meio do acompanhamento do fluxo de caixa é possível identificar o quanto de dinheiro a empresa possui a sua disposição para honrar seus compromissos com seus credores, acionistas e ainda identificar se é preciso captar mais recursos para atender suas necessidades (GAZZONI, 2003).

Além disso, negligenciar o fluxo de caixa pode comprometer as atividades da empresa ao ponto de necessitar fazer limitação de crédito a seus clientes, haver perda de crédito com seus fornecedores, e essa necessidade pode levar a empresa, por falta de opção, a ter que utilizar recursos com despesa financeira mais elevada que o normalmente praticado pelo mercado (GAZZONI, 2003).

Dessa maneira, com o objetivo de mostrar a relevância do fluxo de caixa para o gestor financeiro no processo de tomada de decisão, Jesus, Souza e Dalfior (2015) realizaram uma pesquisa com 16 empresas da cidade de Belo Horizonte em março de 2015. Embora 88% das empresas participantes da pesquisa apontar que deveriam utilizar o fluxo de caixa como instrumento de gestão, apenas 57% delas realmente o utiliza da maneira correta. Portanto, os pesquisadores concluíram que há ainda uma necessidade sobre o entendimento do fluxo de caixa como instrumento de gestão.

Assim, por ser a DFC um instrumento de gestão financeira por meio do qual é possível visualizar a origem de todas as entradas e saídas de dinheiro no caixa em certo período preestabelecido e ainda por apresentar seus fluxos de caixa segregados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, destaca-se como um instrumento de suma importância para os gestores em suas tomadas de decisões, pois sua utilização possibilita maior agilidade e segurança no processo decisório, além de servir como meio de avaliar o desempenho financeiro da empresa (SILVA; NEIVA, 2010).

Ademais, Gitman (1997) afirma que com o uso da DFC o administrador financeiro pode examinar o passado e com ajuda das demonstrações financeiras projetadas pode estimar os futuros fluxos de caixa da empresa, podendo assim tomar decisões a partir dessas projeções.

Desse modo, percebe-se que a projeção dos fluxos de caixa possibilita o conhecimento antecipado da provável situação financeira da empresa no futuro, algo tão importante para auxiliar o gestor nas suas decisões com o objetivo de maximizar os resultados financeiros da empresa (HOJI, 2006).

Sendo assim, o administrador financeiro deve estar atento não somente ao conjunto de atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentadas na DFC, mas também aos componentes individuais de cada um desses conjuntos de atividades que provocam movimentações de entrada e saída de numerário pelo caixa da empresa, para perceber antecipadamente se há desvios em relação aos padrões estimados (GITMAN, 1997).

Por isso, Hoji (2006) destaca a importância da revisão e constante atualização das projeções dos fluxos de caixa que deve ser realizada, pelo menos semanalmente, por meio do acompanhamento do que foi planejado com o que está efetivamente ocorrendo nas transações financeiras que alteram os fluxos de caixa da empresa, e dessa forma chegar o mais próximo possível do verdadeiro resultado financeiro.

Assim é possível por meio da DFC a identificação de ineficiências nas projeções. Por exemplo, se haver acréscimo significativo das duplicatas a receber e dos estoques de um período analisado em relação ao outro, o que ocasiona grandes saídas de dinheiro do caixa da empresa, pode representar problemas de crédito ou de estocagem, respectivamente (GITMAN, 1997).

Portanto, a DFC ao fornecer ao gestor informações sobre as transações em dinheiro que ocorreram pelo caixa da empresa em determinado período de tempo, estará contribuindo com a gestão do capital de giro (MATIAS, 2014).

3 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos para consecução dos objetivos desta pesquisa, assim como sua caracterização.

A pesquisa classifica-se quanto a abordagem como qualitativa, pois procurou descrever, interpretar e analisar aspectos sobre a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como instrumento de gestão financeira sem considerar ou aplicar técnicas estatísticas, conforme estabelece Lira (2014).

O método adotado foi o dedutivo, uma vez que conforme Silva (2006) esse método objetiva partir de uma proposição de valor universal para alcançar outra com resultado particular e assim chegar a uma conclusão para a pesquisa.

Em relação à natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, a qual tem o objetivo de criar conhecimento que possa ser aplicado na realidade para resolver circunstâncias específicas (PRODANOV, FREITAS, 2013).

Com base nos objetivos da pesquisa, essa se classifica como sendo exploratória, pois primeiramente foi efetuado uma revisão bibliográfica sobre o tema de modo que proporcionou maior conhecimento e familiarização com o problema; e descritiva, pois após o levantamento de dados, por meio da pesquisa de campo, foi descrito as principais características da população pesquisada, bem como a percepção do gestor financeiro quanto a importância da DFC, conforme proposto por Gil (2006).

No que tange aos procedimentos, esta pesquisa configura-se como bibliográfica e estudo de campo. Bibliográfica, porque para sua elaboração foi utilizado como base documentos já existentes, como livros, periódicos, artigos científicos entre outros, estando, portanto, consoante a definição de Santos (2005). No concernente a estudo de campo está de acordo com o entendimento de Gil (2006), porquanto a pesquisa foi desenvolvida por meio da análise direta de um grupo escolhido como objeto de estudo o qual foi aplicado uma entrevista para captar suas explicações e interpretações sobre o tema proposto neste trabalho.

No que diz respeito à técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista. Sendo que Gil (2008, p. 109) a define como “[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado.

Assim, para realização da pesquisa de campo foram visitadas 21 empresas dos ramos de autopeça, concessionária, loja de vestuário e supermercado do município de Cacoal, no período de junho de 2018, para realização das entrevistas com os responsáveis pelas suas decisões financeiras, conforme figura 5.

Local de realização da pesquisa	Cacoal/RO
Período de realização	Junho de 2018
Quantidade de empresas em que seus gestores não possuem os requisitos exigidos para a pesquisa	6
Quantidade de empresas em que seus gestores não estavam presentes no momento da visita	5
Quantidade de empresas em que seus gestores atendem aos requisitos e que foi realizada a pesquisa, sendo essas dos ramos de concessionária, loja de vestuário e supermercado.	10
Total de empresas visitadas	21

Figura 5 – Informações sobre a realização da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A escolha desses ramos de atividade justifica-se devido esses estarem entre os de maior representatividade comercial no município, segundo dados da Prefeitura Municipal de Cacoal/RO.

Cabe ressaltar que no ramo de autopeças não se obteve êxito nas entrevistas devido as empresas visitadas desse ramo serem filiais em que as decisões financeiras não estão a cargo de seus gestores locais, ficando, portanto, essas decisões concentradas na matriz.

Dessa maneira, a análise dos dados foi realizada com as informações obtidas de 10 gestores de empresas dos ramos de concessionárias, lojas de vestuário e supermercados.

Por fim, os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo com a utilização de ferramentas eletrônicas como o *Microsoft Word e Excel*, e posteriormente agrupados de acordo com o grau de semelhança e os objetivos estabelecidos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção evidencia-se os resultados dos dados coletados na pesquisa de campo a qual foi aplicada junto aos gestores de empresas dos ramos de concessionárias, lojas de vestuário e supermercado do município de Cacoal, no sentido de atender ao objetivo geral da pesquisa de evidenciar a importância da DFC como instrumento de gestão financeira.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS E DOS GESTORES

O primeiro questionamento refere-se ao ramo de atividade das empresas as quais tiveram seus gestores entrevistados. De acordo com os dados coletados o ramo de lojas de vestuário foi o de maior representatividade com 50% dos entrevistados. Quanto a classificação do porte das empresas de acordo com seu faturamento, essas estão distribuídas em duas categorias sendo 50% empresas de pequeno porte e 50% empresas de médio porte, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Perfil das empresas.

Ramo de atividade		Porte da empresa		Tempo de atuação no mercado	
Concessionárias	10%	Pequeno Porte	50%	Menos de 5 anos	10%
Lojas de vestuário	50%			De 11 a 20 anos	10%
Supermercados	40%	Médio Porte	50%	De 30 a 40 anos	70%
				Mais de 40 anos	10%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Ainda conforme a tabela 1, observa-se que em relação ao tempo de atuação das empresas no mercado, 70% possuem de 30 a 40 anos, o que demonstra serem empresas que possuem uma considerável tradição no mercado pelo longo tempo de atuação que possuem.

Em relação ao perfil dos gestores entrevistados, inicialmente com base nos dados apresentados pela tabela 2, observa-se que a maioria estão na faixa etária de 31 a 40 anos, correspondendo a 70%, enquanto que apenas 10% acima de 50 anos.

A respeito da escolaridade, conforme demonstrado na tabela 2, nota-se que 70% dos entrevistados possuem ensino superior completo, sendo que desses 4 são graduados em Administração, 2 em Ciências Contábeis e 1 em Direito.

A partir dessa informação percebe-se que os gestores possuem formação em áreas relevantes para o mundo dos negócios, principalmente, para as decisões financeiras que exigem cada vez mais conhecimento dos profissionais não somente do ambiente interno à empresa, mas também ao externo, devido a fatores como a globalização que tem provocado o acirramento da competitividade empresarial, conforme afirmam Assaf Neto e Lima (2014).

Tabela 2 – Perfil dos gestores entrevistados.

Faixa etária		Escolaridade		Cargo	
21 a 30 anos	20%	Ensino médio	10%	Administrador	20%
31 a 40 anos	70%	Ensino superior incompleto	20%	Gerente financeiro	20%
				Gerente geral	50%
Acima de 50 anos	10%	Ensino superior completo	70%	Sócio administrador	10%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Por último, verifica-se na tabela 2 que os responsáveis pelas decisões financeiras das empresas visitadas, 50% ocupam o cargo de gerente geral.

4.2 GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Os entrevistados foram questionados se há um setor responsável exclusivamente pelas finanças da empresa, e todos responderam que existe sim esse setor em suas empresas.

Porém, 80% afirmaram que devido o porte da empresa faz-se necessário a existência desse setor para controle e planejamento financeiro, enquanto que os outros 20% afirmaram que apesar de não ser necessário pelo porte da empresa, também possuem esse setor para que haja um melhor controle e planejamento financeiro.

Essa informação revela que os gestores entrevistados, teoricamente, estão cientes da importância do controle e do planejamento financeiro para a sobrevivência e o sucesso empresarial. Sendo que de acordo com Marion (2009) a ausência do planejamento financeiro ou fluxo de caixa é um dos principais motivos de insucessos das empresas no mercado.

O questionamento seguinte refere-se aos instrumentos utilizados pelos gestores no processo de tomada de decisão. Esses informaram que utilizam o balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; relatório de controle de estoques; relatório de controle de contas a pagar e receber; e relatório diário dos fluxos de caixa (entradas e saídas).

Quanto a primeira opção de escolha na ordem de importância dentre esses instrumentos de gestão, em primeiro lugar com 50% das afirmações dos respondentes ficou o relatório diário dos fluxos de caixa (entradas e saídas), conforme figura 6. Cabe destacar que esse tipo de relatório está entre os considerados pelo SEBRAE como de suma importância para a realização de uma boa gestão financeira (SEBRAE, 2013).

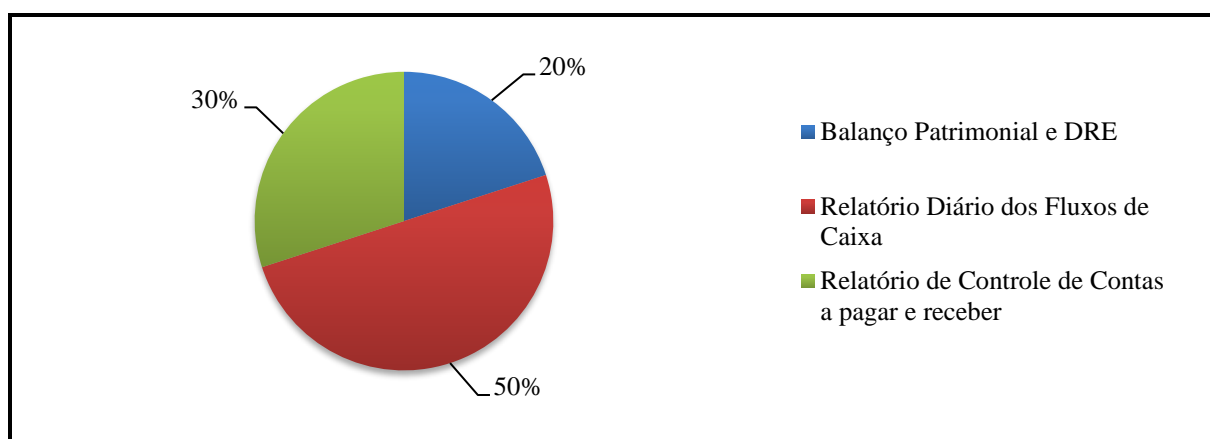


Figura 6 – Primeira opção de instrumento financeiro utilizado na tomada de decisão.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

No entanto, embora os outros instrumentos não tenham sido escolhidos como primeira opção na ordem de importância, os entrevistados relataram que os utilizam em conjunto como fonte suplementar de informações, pois em muitas situações no processo decisório essa complementação se faz necessária para uma boa gestão financeira e assim se sobressair perante a alta competitividade do mercado.

Além disso, outro do ramo de loja de vestuário relatou que além do relatório geral de controle de estoque, realiza um acompanhamento mais detalhado por marca de mercadoria.

Ademais, um dos entrevistados do ramo de supermercado informou que além de utilizar esses instrumentos citados anteriormente, também utiliza relatórios de controle e acompanhamento de despesas do exercício para auxiliá-lo na tomada de decisão.

Outra importante informação é que 70% das empresas que tiveram seus gestores entrevistados fazem projeção dos fluxos de caixa, enquanto que 30% não fazem.

Dentre as justificativas para a não realização da projeção dos fluxos de caixa houve entrevistado que relatou dificuldades na geração de informações que possibilite realizar esse tipo de projeção por falta de sistema adequado para isso, bem como outros disseram que não fazem simplesmente por não terem o hábito de realizar tais projeções.

Essa falta de projeção dos fluxos de caixa pode prejudicar os resultados da empresa, pois como destaca Hoji (2006) conhecer antecipadamente a situação financeira da empresa é uma informação essencial para as decisões que tenham como objetivo a maximização dos seus resultados, não esquecendo de sempre realizar a revisão e atualização das projeções à medida que os resultados forem ocorrendo.

Na figura 7 é demonstrado o período para o qual as empresas realizam a projeção de seus fluxos de caixa futuro, sendo que a maioria delas faz para o período trimestral, e ainda há algumas que fazem tanto para o período mensal quanto para o anual.

A projeção dos fluxos de caixa é feita para o período	Quantidade de empresas
Mensal	1
Trimestral	3
Semestral	1
Mensal e Anual	2
Total	7

Figura 7 – Período de projeção dos fluxos de caixa futuro.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Ademais, os entrevistados relataram que as principais finalidades pelas quais elaboraram a projeção dos fluxos de caixa futuro são para uso no processo de tomada de decisão de compras, investimentos; bem como para conhecer a futura capacidade de pagamento da empresa; programar uma reserva de capital no futuro; utilizar como meta de crescimento, controle e acompanhamento do planejado com o realizado; e ainda alguns destacaram como sendo essencial para sobrevivência da empresa no futuro.

Os entrevistados quando questionados se sua empresa está entre as obrigadas pela legislação a elaborar a DFC, todos afirmaram que não estão.

Mesmo os respondentes relatando que suas empresas não estão obrigadas a elaboração da DFC, 80% disseram que fazem o acompanhamento dos fluxos de caixa por meio de relatório de controle diário dos fluxos de caixa (entradas e saídas) que demonstra as movimentações financeiras da empresa de um modo geral, isto é, sem segregá-las por atividades como

apresentado na DFC (atividades operacionais, de investimento e de financiamento), o que talvez possa dificultar o processo de tomada decisão.

Considerando essa informação com o fato dos gestores entrevistados em sua maioria possuírem formação acadêmica, inclusive em áreas relevantes para a gestão financeira, observa-se que há a necessidade de maior conhecimento sobre a importância da DFC como instrumento de gestão financeira para auxiliá-los na tomada de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi evidenciar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como instrumento de gestão financeira no tocante as atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

De acordo com a pesquisa, embora a maioria das empresas pesquisadas sejam conceituadas no mercado, com longa tradição e possuam gestores com boa formação acadêmica dos quais 80% fazem o acompanhamento dos fluxos de caixa por meio de um relatório de controle diário, ainda assim carecem de informações, pois esse relatório de controle falha ao não apresentar detalhadamente as movimentações por atividades operacionais, de investimento e de financiamento como é apresentado na estrutura da DFC.

Entretanto, os resultados demonstram que as empresas participantes da pesquisa, independente do seu porte, possuem um setor exclusivo para cuidar de suas finanças, o que supostamente demonstra uma preocupação com a gestão financeira.

Em relação aos instrumentos de gestão financeira utilizados no processo de tomada de decisão o preferido para a maioria dos gestores na ordem de importância ficou o relatório diário dos fluxos de caixa (entradas e saídas).

Assim, corroborando a importância dos fluxos de caixa na visão dos gestores entrevistados, identificou-se que 70% realizam a projeção dos fluxos de caixa, sendo em sua maioria para um período mensal e trimestral.

Por todo exposto, conclui-se que há um considerável conhecimento por parte dos gestores entrevistados sobre a importância da gestão financeira para o sucesso empresarial, porém falta conhecimento sobre a importância da DFC como instrumento para uma boa gestão financeira.

Portanto, é possível inferir que o presente estudo atingiu seus objetivos à medida que evidenciou a importância da DFC como instrumento de gestão financeira.

Por fim, recomenda-se, para estudos futuros, pesquisas dessa natureza em outros ramos de atividades, bem como em outros municípios do Estado de Rondônia para conhecer mais sobre as práticas de gestão financeira adotadas pelos demais gestores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 3. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de giro**. 4. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2012.

BORGES, Marisa Sofia Dias; NUNES, Sandra Cristina Dias; ALVES, Maria Teresa Venâncio Dore. A demonstração dos fluxos de caixa e sua contribuição para uma tomada de decisão mais informada. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 8, n. 1, p. 141-158, jan./mar., 2012. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2677/1891>> Acesso em: 25 mai. 2018.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP**, São Paulo, SP, v.14, n. 25, p. 6-23, jan./abr., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v12n25/v12n25a01.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1> Acesso em: 18 mar. 2018.

BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. 2. tir., Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3 ed., Barueri, SP: Manole, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral ITG 1000 – Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte**. 2012. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1418.pdf> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequena e média empresas**. 2016. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)> Acesso em: 14 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Disponível**. Disponível em:

<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf> Acesso em: 25 abr. 2018.

COSTA, Rodrigo Simão da. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): conceitos e estrutura. **Revista Interciência & Sociedade**, Mogi Guaçu, SP, v. 1, n. 1, p. 117-126, mar., 2011.

Disponível em: <http://fmpfm.edu.br/intercienciaesociedade/colecao/imprensa/vol1_n1_imprensa.html> Acesso em: 01 jun. 2018.

FONSECA, Ana Luíza Magalhães. A Utilidade da **Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas**. 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Instituto de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal, 2014.

Disponível em:

<http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6540/1/DM_Ana%20Fonseca_2014.pdf> Acesso em: 25 abr. 2018.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de caixa – ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa**. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85831/198309.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 03 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., 8. reimpr., São Paulo, SP: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 7. ed., São Paulo, SP: Harbra, 1997.

_____. **Princípios de administração financeira**. 10. ed., São Paulo, SP: Addison Wesley, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed., 3. reimpr., São Paulo, SP: Atlas, 2006.

JESUS, José Narciso Pereira de; SOUZA, Carlos Alberto de; DALFIOR, Vanda Aparecida Oliveira. **Fluxo de caixa como instrumento de gestão**. SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2015, Resende, RJ. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512247.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2018.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed., 2. reimpr., São Paulo, SP: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FIPECAFI. 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis.** 2. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2018.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro.** 2. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2014. v. 1.

MORAES, Rafael Cacemiro de; OLIVEIRA, Wdson de. A importância da gestão financeira nas empresas. **Revista Científica do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson**, Araras, SP, v. 5, n. 1, p. 51-58, 2011. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol5_n1_2011/5_a_importancia_da_gestao.pdf> Acesso em: 26 mar. 2018.

MOTA, Elsa Alexandra Lourenco. **O impacto da gestão financeira de curto prazo no desempenho das empresas Análise ao mercado Português.** 2013. 87 f. Dissertação (Master in Finance) – Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, 2013. Disponível: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70240/2/25045.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2018.

PACHECO, José Vinícius de Avila. **Otimização de fluxo em redes na gestão financeira do caixa: aplicação em uma empresa do setor agroindustrial.** 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3568/1660.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 03 abr. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cezar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** 29 ed., amp. e atual., São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

SANTOS, Cosme dos. **Guia prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC.** 2. ed., rev. e atual., Curitiba, PR: Juruá, 2009.

SANTOS, Izaquias Estavam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica.** 5. ed., rev., atual. e ampl., Niterói, RJ: Impetus, 2005.

SANTOS, Lucas Maia dos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FARIA, Evandro Rodrigues de. Gestão financeira de curto prazo: características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 3, p. 70-92, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/viewFile/145/386>> Acesso em: 08 abr. 2018.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Como elaborar controles financeiros**. 2013. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/Imagens/Como%20Elaborar%20Controles%20Financeiros.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2018.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2006.

SILVA, Danielle Zanetti Guimarães da; NEIVA, Roberta Mendes. O fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira e estratégia nas empresas. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 2, n. 2, p. 23-35, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/view/2048/2195>> Acesso em: 18 mar. 2018.

WERNKE, Rodney. **Gestão Financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais**. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Público alvo – Gestores de empresas dos ramos de autopeças, concessionárias, lojas de vestuário e supermercados do município de Cacoal.

1) O ramo de atividade da empresa:

- ☐ Supermercado
- ☐ Concessionária
- ☐ Loja de vestuário
- ☐ Auto peças

2) Qual o tempo de atuação da empresa no mercado? _____

3) Qual o porte da empresa?

- ☐ Microempresa (ME)
- ☐ Empresa de Pequeno Porte (EPP)
- ☐ Média
- ☐ Grande

4) Cargo ocupado pelo entrevistado: _____

5) Idade:

- ☐ até 30 anos
- ☐ de 31 à 40 anos
- ☐ de 41 à 50 anos
- ☐ Acima de 50 anos

6) Escolaridade:

- | | | |
|-------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Nível fundamental | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |
| Nível médio | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |
| Nível superior | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |

7) Se tiver ensino superior, qual sua formação?

- ☐ Administração ☐ Ciências Contábeis
☐ Economia ☐ Direito ☐ Outras _____

8) Há um setor responsável exclusivamente pelas finanças da empresa?

- ☐ Sim. Pelo porte da empresa faz-se necessário controle e planejamento financeiro;
☐ Sim. Apesar de não ser necessário pelo porte da empresa há esse setor para que haja um melhor controle e planejamento financeiro;
☐ Não. Pelo porte da empresa não se considera necessário;
☐ Não. Por considerar desnecessário que haja um setor exclusivo para controlar as finanças da empresa.

9) Quais instrumentos/relatórios financeiros são utilizados na tomada de decisão (identificar em ordem de importância)?

- ☐ Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
☐ Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
☐ Relatório de controle de estoques;
☐ Relatório de controle de contas a pagar e receber;
☐ Relatório Diário dos Fluxos de Caixa (entradas e saídas);
☐ Outros _____

10) O gestor faz projeção dos fluxos de caixa da empresa:

- ☐ Sim. Com qual finalidade? ☐ Não. Justifique.
- _____
- _____

11) Em caso de sim para a “pergunta 10”. A projeção do fluxo é feita em que período?

- ☐ Quinzenal ☐ Mensal ☐ Bimestral
☐ Trimestral ☐ Semestral ☐ Anual
☐ Mais de 1 ano

12) A empresa está obrigada pela legislação a elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa?

- ☐ Sim ☐ Não

13) Em caso de não para a “pergunta 12”. Mesmo não estando obrigado a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a empresa a utiliza para fins gerenciais:

- ☐ Sim. Porque o demonstrativo é de grande relevância no processo decisório;
- ☐ Não. Porque desconhece o demonstrativo;
- ☐ Não. Porque entende que não é importante, pois outros relatórios atendem as necessidades da empresa.
- ☐ Outros motivos: _____

Perguntas direcionadas aos gestores que responderam “sim” para a pergunta 12

14) A empresa elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa por qual método?

- ☐ Método Direto ☐ Método Indireto

15) Qual é o período de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa na sua empresa:

- ☐ Diário ☐ Semanal ☐ Mensal
- ☐ Trimestral ☐ Semestral ☐ Anual

16) Para o gestor qual a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa no processo decisório:

- ☐ Muito Importante
- ☐ Importante
- ☐ Não considera importante

17) Na sua opinião como a DFC contribui no processo de tomada decisão financeira nas atividades:

a) operacionais _____

b) de investimentos _____

c) de financiamentos _____
